

O UNIVERSO DA GUERRA DOS BÁRBAROS NO BRASIL

Juarez Donizete Ambires*

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. São Paulo, Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002.

O livro de Pedro Puntoni, cujo título, em sua inteireza, é *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*, é pesquisa de erudição e seriedade, que recupera um tema de nossa história ainda pouco estudado e pertencente ao nosso colonial, fato que certamente ajudou, de algum modo, a vitimar o assunto, por conta do algo de infenso que se sente, em nosso século XIX, e mesmo depois, quanto a muitos dos acontecimentos relacionados ao período que antecede a criação de nossa nacionalidade.

Sabendo disto, Puntoni exalta o que sobre seu tema já se escreveu, mas vê-se na contingência de apontar-lhe o parcial, o limitado da incursão, como é o caso do que a respeito produziu Câmara Cascudo (p. 13), que se achou, por razões várias, na recorrência de circunscrever o motivo às proporções que ele alcançou no Rio Grande do Norte, sua terra natal, à ocasião dos fatos apenas Capitania do Rio Grande.

Noutra vertente, mas ainda buscando historiadores, o mesmo Puntoni chegará, para exemplo e por fim, a Capistrano de Abreu (p. 14), voz, em nossa historiografia, de conhecimento e respeitabilidade, que, se pouco trata o tema, carrega o mérito, entretanto, de apontar o século XVII como cronologia de interesse, que necessita de se construir pela via da produção histórica, cuja consecução ele – Capistrano – gostaria de empreender.

O aludido desejo, outros historiadores, no entanto, é que o vêm concretizando e um deles é Puntoni, estudioso que, com sua pesquisa, nos informa sobre um episódio de guerra em nossa história e, na extensão, sobre um empreendimento de facetas e finalidades.

Assim, em seu trabalho, o pesquisador enfoca o literal de um combate que, sem o mínimo subterfúgio, buscou o extermínio de tribos índias sublevadas (p. 45) que abalavam, na visão de autoridades e colonizadores, a securidade da colônia no seu plano interno.

Na geografia da colônia, esse interior correspondeu ao da nossa atual região Nordeste e nela, às dimensões de seu sertão, à época dividido em duas etapas: o chamado “sertão de fora” – mais próximo ao litoral – e o “sertão de dentro” – espaço abrangente que se estendia da Bahia ao Ceará (p. 26), contendo uma população índia numerosa e diversificada em seus grupos e designações, descendentes muitas delas dos nomes dos chefes liderantes das investidas contra o colono que buscava o controle da região, por conta de questões econômicas e estratégicas.

Sempre presentes, as expectativas dos metais e pedras preciosas encaminharam colonos e aventureiros para os espaços do interior da colônia (p. 29) e, já no século XVI, uma dinâmica de entradas havia se estabelecido, vivendo-a bandeirantes de procedências diversas.

Os achamentos tardios, por sua vez, permitiram o estabelecimento de um hábito que, na geografia em questão, atrelou a si gado e criadores que, apesar da adversidade da natureza dos sítios, perceberam o seu potencial para o criatório extensivo e dele se valeram, associando o fato às lutas contra os habitantes autóctones e o seu extermínio, para a implantação dos chamados currais, estrutura que se valia de mão-de-obra pouco numerosa, mas, na contrapartida, de vastas extensões de terra que iam sendo açambarcadas para a constituição do latifúndio em meio à caatinga, cuja forragem, embora não fosse a ideal, permitia a franca passagem dos homens e animais, dispensando ainda qualquer preparo prévio para a sua utilização (p. 24).

A posse do sertão longínquo, buscar também pela necessidade de um caminho terrestre que ligasse o Estado do Brasil ao do Maranhão e Grão-Pará (p. 27), espaços entre si de comunicação demorada e dificultosa pela via marítima, devido aos ventos e correntes adversas que, ainda hoje, são uma constante nesse litoral norte.

Mesmo achada em fins do século XVII (1695) a via terrestre ambicionada (p. 28), havia a prerrogativa de tentar mantê-la isenta do perigo que era o selvagem sublevado, também com alguma constância presente no, à época, “Caminho do Brasil”, não bastassem os seus assaltos a localidades, nem sempre distantes do litoral (p. 102).

Em terceira instância, ainda para exemplo, a exploração do “salitre” (nitrato de prata), para a fabricação da “pólvora negra”, levou a tentativas de ocupação de pontos estratégicos do mesmo sertão, como é o caso do médio São Francisco (p. 30) ou sertão da Jacobina, geografia onde colonos e também missionários estiveram, partilhando um anseio de controle do indígena, nem sempre se valendo, contudo e para tanto, de procedimentos em grande divergência.

Acuados, assim, pelo gado e ainda outros empreendimentos menores, viram-se os índios da vasta região (potiguares, janduís, cariris, guaianases, tarairiús e muitos outros)

na contingência de revides que, apesar de vitoriosos várias vezes e – em alguns casos – por anos a fio, não possuíram graus profundos de tencionalidade ou organização, já havendo em Cascudo (p. 79) a defesa da idéia de que os mesmos índios nunca se movimentaram em confederações, tal como quiseram alguns estudiosos.

A sublevação tencionalmente organizada de índios, nessa época e nesse contexto, é, segundo Puntoni, constructo de uma historiografia européia e de uma documentação oficial que teimaram em ver os povos elencados como unidade histórica e cultural não só em oposição ao mundo cristão litorâneo, mas a índios aliados (p. 77), os chamados “tupis” que, no imaginário do colonizador, são o contraponto ao “tapuia” (p. 66), o índio que se nega ao submetimento e simboliza, por isto, a barbárie, o mal e um lugar que é, na visão até de missionários, o espaço da solidão e do medo: o sertão (p. 39).

Interessados na extinção do suposto perigo, articulam-se autoridades do reino e colonos, patrocinando companhias de emboscada, compostas quase sempre de marginais e criminosos, geralmente aliciados por bandos e editais (p. 191).

Outra atuação no combate ao indígena será a constituição de “terços” (p. 182), grupos militarizados, movidos a soldo que, sob o comando de um capitão, desenvolviam combates a grupos sublevados em pontos diversos do interior da região referida.

Versado, contudo, nesse trabalho e sempre requisitado para tal foi, em diversos episódios, o paulista, habitante da capitania mais ao sul, que se tornara, como se o disse, um especialista nas práticas de enfrentamento ao índio (p. 196), mormente o sublevado que, com sua atitude, gerava um pretexto para a “guerra justa”, motivo mais que favorável ao colonizador e seus interesses, nas paragens mais ao norte.

Impelido por seu cotidiano, o mesmo paulista assimilara os modos de vida de povos índios e os introduzira em suas práticas de bugreiro, lançando mão, para exemplo, até das táticas de guerra do próprio insubordinado e o submetendo, fato que indica sua exemplar adaptação ou, nas palavras de Puntoni, “o seu estilo militar perfeitamente adequado às condições ecológicas do sertão” (p. 196).

Noutros termos, há também o indicativo da conveniência, para autoridades constituídas, do uso dessa sua prestação de serviços que tem em Domingos Jorge Velho e seus asseclas, entre outros, representação gabaritada (ironias à parte) que, ao longo da segunda metade do século XVII e primeiras décadas do XVIII, foi impondo a ordem do colonizador ao indígena do interior nordestino, sempre a vítima maior, como nos revela a pesquisa de Puntoni, merecedora da atenção de leitores mesmo quando ainda não era livro.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Professor do Colegiado de Letras do Centro Universitário Fundação Santo André.